pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

30 de Janeiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Amélia Carolina Teixeira*. — A Oficial de Justiça, *Maria da Glória R. Pinto Guedes*.

Aviso de contumácia n.º 4143/2006 — AP. — A Dr.ª Amélia Carolina Teixeira, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 883/03.2GCVNG, pendente neste Tribunal contra a arguida Alzira Maria de Sousa Freitas, filha de Rodrigo António de Freitas da Silva e de Maria Leonor de Sousa, natural de Portugal, Estarreja, Avanca, Estarreja, de nacionalidade portuguesa, nascida em 5 de Abril de 1967, solteira, com a profissão de educadora de infância, titular do bilhete de identidade n.º 8183456, com domicílio na Rua das Moutadas, 814, 1.º, traseiras, Francelos, Gulpilhares, 4405 Vila Nova de Gaia, por se encontrar acusada da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 16 de Dezembro de 2003, foi a mesma declarada contumaz, em 26 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação da arguida em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

3 de Fevereiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Amélia Carolina Teixeira*. — A Oficial de Justiça, *Paula Maria V. S. Monteiro*.

Aviso de contumácia n.º 4144/2006 — AP. — A Dr.ª Amélia Carolina Teixeira, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 364/01.9PDVNG, pendente neste Tribunal contra o arguido Angelino Joaquim Couto do Castro, filho de Angelino Francisco do Couto e de Maria Celeste de Castro Petiz do Couto, natural da Venezuela, de nacionalidade venezuelana, nascido em 28 de Outubro de 1967, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 16089987, com domicílio na Rua das Pedras, 288, 2.º, centro, Gulpilhares, 4400 Vila Nova de Gaia, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 205.º do Código Penal, praticado em 21 de Dezembro de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 26 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

6 de Fevereiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Amélia Carolina Teixeira*. — A Oficial de Justiça, *Maria da Glória Guedes*.

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso de contumácia n.º 4145/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Figueiredo, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 4059/04.3TAVNG, pendente neste Tribunal contra o arguido Joaquim Manuel Almeida Carvalho, filho de Domingos de Jesus Carvalho e de Maria Teresa Almeida Baptista, natural do Porto, Aldoar, Porto, de nacionalidade portuguesa, nascido em 21 de Setembro de 1873, solteiro, titular da identificação fiscal n.º 200210661, titular do bilhete de identidade n.º 11156852, com domicílio no Bairro do Aldoar, bloco 16, entrada 251, casa 31, Aldoar, 4000 Porto, por se encontrar acusado, pela prática de um crime de burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços, previsto e punido pelo artigo 220.º, n.º 1, alínea c), do Código Penal, praticado em 15 de Julho de 2004, foi

o mesmo declarado contumaz, em 16 de Janeiro de 2006, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

27 de Janeiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Figueiredo*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Machado*.

Aviso de contumácia n.º 4146/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Figueiredo, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo) n.º 2294/93.7TBVNG (ex. proc. n.º 395/94) pendente neste Tribunal contra o arguido António Fernandes Ribeiro, filho de Angelo Ribeiro e de Esmeralda Celestina Mourão Fernandes, natural de Anta, Espinho, de nacionalidade portuguesa, nascido em 6 de Março de 1970, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11846784, com domicílio na 63, Rue Gugay, 95100 Arpentueil, France, França, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo disposto nos artigos 296.º, 297.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), do Código Penal, praticado em 24 de Dezembro de 1992, por despacho de 19 de Janeiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

30 de Janeiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Figueiredo*. — A Oficial de Justiça, *Elisa Maria Raposo Vara*.

Aviso de contumácia n.º 4147/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Figueiredo, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 610/03.4GFVNG, pendente neste Tribunal contra a arguida Sofia Alexandra Reis Cunha, filha de Robledo Teixeira de Oliveira Cunha e de Maria Edviges dos Santos Reis Oliveira Cunha, natural de Mafamude, Vila Nova de Gaia, de nacionalidade portuguesa, nascida em 21 de Agosto de 1978, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 11346850, com domicílio na Rua Comendador Sá Couto, 20-B, 2.º, esquerdo, 4520192 Santa Maria da Feira, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 5 de Julho de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 26 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte, bem como quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

2 de Fevereiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Figueiredo*. — A Oficial de Justiça, *Elisa Maria Raposo Vara*.

3.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso de contumácia n.º 4148/2006 — AP. — A Dr.ª Amélia Carolina Teixeira, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 452/98.7SLLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Nixon Joaquim Viveiros dos Santos Norton, filho de Arnaldo Luís Santos Norton e de Placitina Delbeth Nunes Viveiros Norton, nascido em 30 de Julho de 1959, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 6507335, com domicílio na Rua das Zínias, 29, 4000 Porto, por se encontrar acusado da